



ESPAÇOS E PODERES NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

**Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata, eds.**



ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 18

ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
Editores

Textos seleccionados das II Jornadas Internacionais de Idade Média “Espaços e poderes na Europa urbana medieval” (Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017) e textos apresentados pela maioria dos docentes da Escola de Outono “Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, 2 a 3 de Outubro de 2017).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Filipa Roldão (Universidade de Coimbra)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)
José Avelino Gutiérrez González (Universidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	Espaços e poderes na Europa urbana medieval
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Castelo de Vide”, António Manso / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Colecção	Estudos 18
ISBN	978-989-99567-8-0 (IEM) 978-972-9040-15-3 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	XXXXXX/18
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de abertura	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata</i>	

PARTE I

<i>Reflexões em Torno de Metodologias e Fontes</i>	17
---	----

La fabrique de l'espace de la ville. Quelques renouvellements des approches heuristiques et méthodologiques	19
<i>Denis Menjot</i>	

História do Urbanismo: investigação, fontes e instrumentos	39
<i>Luísa Trindade</i>	

Fuentes de informacion para el estudio de los espacios urbanos	79
<i>Beatriz Arízaga Bolumburu</i>	

Sinais multiformes de identidade os arquivos familiares de elites urbanas medievais	101
<i>Alice Borges Gago</i>	

Un planteamiento inicial para el estudio de las alcaicerías en ciudades secundarias del Reino Nazarí. El caso de Guadix y Baza	129
<i>María del Carmen Jiménez Roldán</i>	

PARTE II

<i>Marcas de Poder no Espaço Urbano</i>	149
--	-----

La Madinat-al-Hamra como un espacio del poder en Granada	151
<i>Antonio Malpica Cuello</i>	

Pouvoirs dans l'espace urbain et espaces des pouvoirs urbains à Bordeaux (XIII^e-XVI^e siècles)	171
<i>Michel Bochaca</i>	

La fabrique urbaine d'une petite ville médiévale par l'effet de l'interaction des pouvoirs : le cas de Billom.....	187
<i>Thomas Areal</i>	
Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português	209
<i>Miguel Metelo de Seixas</i>	
Sinais multiformes de identidade: muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV	231
<i>Carla Varela Fernandes</i>	
Poder e arquitetura urbana: a casa-torre no Porto Medieval	253
<i>Silvana R. Vieira de Sousa</i>	
PARTE III	
<i>Intervenções dos Poderes no Espaço Urbano.....</i>	265
Las transformaciones del espacio urbano. Ciudades y villas de la Castilla bajomedieval.....	267
<i>María Asenjo González</i>	
Laisser des traces. empreintes du pouvoir dans l'espace urbain du Saint Empire Romain à la fin du Moyen Âge	311
<i>Gisela Naegle</i>	
Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise.....	337
<i>Arnaldo Sousa Melo</i>	
O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.....	359
<i>Maria do Carmo Ribeiro</i>	
Las políticas de los concejos portuarios para garantizar el abastecimiento en el Norte de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. Estudio del caso de Laredo (España).....	381
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385).....	397
<i>Maria Amélia Álvaro de Campos</i>	

Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV	421
<i>Raquel de Oliveira Martins</i>	
O poder do tabelionato e da escrita na Lisboa dos séculos XIV e XV	441
<i>Ana Pereira Ferreira</i>	
A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)	465
<i>Mário Farelo</i>	
PARTE IV	
<i>Perspectivas desde a Arqueologia</i>	493
A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas.....	495
<i>Nuno Mota, Marina Carvalhinhos, Pedro Miranda</i>	
Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna	521
<i>Ana Caessa, Cristina Nozes, Nuno Mota</i>	
Muralha, Tercenas e Judiaria. Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa.....	537
<i>Artur Rocha</i>	
O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV	553
<i>Rodrigo Banha da Silva</i>	
“Um poder do outro mundo”: o demónio da Casa da Severa, Lisboa	571
<i>António Marques, Tânia Manuel Casimiro</i>	
Recentes descobertas em Mértola. Breve notícia	589
<i>Virgílio Lopes</i>	
Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: Contributos para a sua interpretação	599
<i>Sílvia Ricardo, João Magusto</i>	
O Castelo de Alcácer do Sal. Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão	617
<i>Marta Isabel Caetano Leitão</i>	

Nota de Abertura

As mais antigas referências historiográficas medievais acerca de Castelo de Vide assinalam a sua inclusão nos jogos do poder monárquico. D. Afonso III entrega Portalegre, Arronches, Marvão e a povoação que acabará por denominar-se Castelo de Vide ao seu filho D. Afonso Sanches. A ascensão ao trono de D. Dinis levará à reclamação do seu irmão Afonso Sanches de supostos direitos sobre o mesmo. A resposta do rei será o cerco da povoação de Vide, perante obras de fortificação levadas a cabo por seu irmão, manifestação do seu crescente poder, pela concentração de povoações e territórios nas imediações da Serra de São Mamede. O espaço castelo-vidense permanecerá em mãos de Afonso Sanches até à sua morte, sendo posteriormente objecto de significativas iniciativas desde o poder régio, tanto de D. Dinis como de D. Afonso IV, que reforçam a sua importância militar e socioeconómica. A proximidade com a fronteira castelhana levará, paralelamente, ao desenvolvimento da sua espectacular arquitectura defensiva e a articulação entre a coroa e os seus poderes – civis e religiosos – que, localmente, gerem este território, a sua economia e as suas gentes durante os séculos seguintes.

Este episódio e os eventos subsequentes põem de relevo o papel que a localidade de Castelo de Vide desempenhou neste jogo de forças, como espaço de expressão e consolidação de poderes.

Actualmente, Castelo de Vide é um município que procura preservar e divulgar o seu passado histórico, fortalecendo uma oferta turística baseada no património local, a par com um apoio crescente à investigação científica.

Neste contexto, foi com enorme prazer que a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais organizaram as *II Jornadas Internacionais de Idade Média – Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. O sucesso de duas edições consecutivas reflecte um evento que já ganhou o seu lugar na agenda dos medievalistas europeus e cuja relevância se consolida no programa cultural do município.

A edição de 2017 trouxe também a realização de uma *Escola de Outono*, onde alunos de mestrado e de doutoramento em estudos medievais participaram numa formação ministrada por investigadores provenientes de prestigiadas universidades. Ao acolher especialistas de diferentes contextos e gerações, Castelo de Vide assume-se como uma plataforma de reflexão e debate, fomentando a produção de conhecimento especializado sobre a Europa Medieval.

O presente volume expressa essa mesma vontade, reunindo uma selecção dos textos apresentados nas *II Jornadas* e na *Escola de Outono*, com o intuito de conferir um maior impacto e perenidade a estes dois eventos académicos. Esta publicação, apoiada pela Câmara Municipal, constitui-se como uma obra de referência e consulta obrigatória para a investigação actual sobre a Idade Média, a partir das dinâmicas dos espaços urbanos europeus.

A qualidade dos resultados obtidos são também fruto da união de esforços entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, e ambas instituições merecem congratular-se por conformarem um exemplo louvável de colaboração entre o poder local e o âmbito académico, e que certamente continuará a garantir o sucesso de futuras edições.

Deste modo Castelo de Vide acredita que apoiando este tipo de iniciativas científicas alicerça a base dos conteúdos do futuro.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Muitas iniciativas em torno da História Medieval conhecem uma primeira edição sem continuidade, devido a circunstâncias diversas que nem sempre dependeram da vontade dos seus organizadores. Não aconteceu assim com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, cuja realização se iniciou em 2016. No ano seguinte, associou-se a esta atividade uma *Escola de Outono* destinada a estudantes de mestrado e doutoramento em Idade Média, que glosou o mesmo tema das *Jornadas: Espaços e poderes na Europa Urbana medieval*.

Entusiasticamente apoiadas pela Câmara Municipal de Castelo de Vide, estas iniciativas assumiam-se como um contributo importante para a continuidade do protagonismo atribuído, na NOVA FCSH, desde os anos 80 do século passado, à investigação sobre a cidade medieval. Uma linha que o Instituto de Estudos Medievais (IEM) fez também sua desde a sua fundação em 2002, procurando, no entanto, conferir-lhe uma perspetiva mais interdisciplinar através da presença da Arqueologia, da Literatura, do Direito, entre outros ramos do saber.

No momento em que esta obra vai conhecer a sua divulgação pública já decorreu a segunda *Escola de Outono* e estão iniciadas as *3^{as} Jornadas*. Tornou-se assim possível juntar numa profícua e dinâmica semana de trabalho, em Castelo de Vide, jovens investigadores, especialistas de referência e público em geral, em torno de temáticas de estudo da cidade medieval, promovendo uma aliança entre a investigação, a formação e a divulgação.

Mas, a riqueza dessas atividades só pode ganhar outra expressão e continuidade quando chega aos que não estiveram nelas presentes. Tal só se torna possível através da publicação dos textos apresentados e discutidos. O livro que agora se coloca à disposição do público pretende cumprir esse objetivo. Trata-se da publicação de uma seleção dos textos apresentados na *Escola de Outono: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, e nas 2^{as} *Jornadas Internacionais de Idade Média: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, depois de serem alvo de uma dupla avaliação por pares.

Assim, reúnem-se 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia e o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspectivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das *Jornadas*, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Daí que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou até mesmo, inédito. Mas, esta diversidade de perspectivas e problemáticas, de fontes e conseqüentemente de metodologias, tornam difícil encontrar um só fio condutor para esta panóplia de estudos.

Porém, tornou-se claro que, sobretudo da *Escola de Outono* resultaram textos mais preocupados com a reflexão teórica em torno de conceitos de espaço e do seu uso, uma vez que nesta temática, os limiares entre História Urbana e História do Urbanismo mutuamente se influenciam. E tendo a *Escola* objetivos de formação de estudantes de mestrado e doutoramento, era fundamental promover a análise crítica das metodologias a utilizar perante fontes tão diversas como são as que permitem a aproximação aos estudos da relação entre o poder e o espaço. Uns e outros integram a parte I deste volume denominada *Reflexões em torno de metodologias e fontes*.

As partes II e III qualificadas respetivamente de *Marcas de poder no espaço urbano* e *Intervenções dos poderes no espaço urbano* estão profundamente interligadas

e, de certo modo, completam-se pois, se por um lado se pretende desvendar os distintos aspetos da materialização dos poderes nos contextos urbanos por outro, os autores preocuparam-se em esclarecer de que forma os distintos poderes em presença usaram esse mesmo poder para garantir intervenções sobre os espaços urbanos e as suas vivências bem como tal influenciou a utilização desse mesmo espaço pelas sociedades urbanas.

A IV e última parte é reveladora da importância que a arqueologia urbana medieval adquiriu em Portugal, em anos mais recentes. Intitulada *Perspetivas desde a Arqueologia*, reúne um conjunto de estudos nos quais é evidente o cruzar dos resultados do trabalho arqueológico com a análise documental. Os casos de Lisboa e de Castelo de Vide localidades que, por vicissitudes várias perderam parte da sua memória medieval – Lisboa perdeu a quase totalidade do edificado e da tessitura medieval e, Castelo de Vide sofre de uma muito escassa disponibilidade de documentação medieval – revelam que a arqueologia se pode revelar fundamental para a recuperação e compreensão dos espaços medievais.

No seu conjunto, esta obra disponibiliza aos leitores muito conhecimento novo, muitas pistas de investigação e salienta a importância das perspetivas comparativas e interdisciplinares para melhor caracterizar a articulação entre o espaço e o poder na cidade medieval europeia. Contudo, a cidade medieval é um tema verdadeiramente inesgotável, assumindo um amplo conjunto de temáticas, perspetivas e metodologias, pelo que muitas outras muitas outras poderiam ter sido as temáticas tratadas, as perspetivas seguidas, as metodologias propostas.

Infelizmente, esta obra não permite registar a riqueza dos debates que animaram todas as sessões das *Jornadas* e todas as lições da *Escola de Outono*. Temos a certeza que essas trocas de impressões, essas sugestões, essas críticas e esses comentários foram muito importantes para todos os participantes e constituíram, por certo, importantes achegas para outras investigações. Esse é afinal um dos principais objetivos destas *Jornadas* e desta *Escola de Outono*: contribuir para mais e melhor investigação sobre a cidade medieval.

*

Os editores queriam ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda a sua continuidade no tempo. Na pessoa do seu Presidente Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide o apoio incondicional a todas as nossas propostas que permitiu garantir a

sua realização e assegurar financeiramente esta publicação. Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide a concretização, com muita descrição, mas sempre com a maior competência, dos pequenos e grandes detalhes que garantem o sucesso de um evento. Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, esta última através do trabalho do Dr. Ricardo Naito no design e composição deste volume. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado pois, na verdade, é com o seu contributo que se está a implantar um fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que esperamos venha a ter continuidade por muitos e frutuosos anos. E por fim, aos habitantes de Castelo de Vide, a sua hospitalidade especial e generosa tem sido um elemento fundamental no sucesso de todas estas iniciativas.

Lisboa, Setembro de 2018.

Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata

O poder de fabricar a paisagem urbana medieval.

*Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga*¹

*Maria do Carmo Ribeiro*²

Resumo

O objetivo deste artigo é colocar em evidência a importância do estudo da relação existente entre a atuação dos diferentes poderes urbanos (régio, senhorial ou eclesiástico, concelhio...) e a materialização da paisagem urbana medieval. Para tal, utilizaremos como caso de estudo a cidade medieval de Braga, a partir do qual se procura analisar quais os poderes, mas também as diferentes formas destes se materializarem, nomeadamente através da construção de grandes edifícios públicos, de infraestruturas, como as muralhas, mas também pela posse de propriedades urbanas, de modo a avaliar o impacto dos diferentes poderes na formação e desenvolvimento da paisagem urbana. Pretende-se, igualmente, analisar algumas construções urbanas, enquanto materialidade que concorre para o estudo das vicissitudes políticas e sociais que acompanharam a formação dos espaços urbanos medievais e de Braga, em particular.

Para a nossa análise tornou-se extremamente importante valorizar uma metodologia que cruze os diferentes tipos de fontes disponíveis, nomeadamente

¹ Este trabalho tem o apoio do Projeto Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

² Universidade do Minho; Departamento de História, Lab2pt.

arqueológicas e escritas, mas também as fontes iconográficas e cartográficas, assim como o edificado histórico, na exata medida em que algumas das materialidades medievais, de forma mais ou menos alterada, integram ainda a paisagem atual.

Palavras-chave

Poderes urbanos; materialidades; paisagem urbana; cidade medieval; Braga.

The power to fabrication the medieval urban landscape. Materialities and discourses in the medieval city of Braga.

Abstract

The purpose of this article is to highlight the importance of studying the relationship between the performance of different urban powers (royal, seigneurial or ecclesiastical, municipal council...) and the materialization of the medieval urban landscape. We will use as a case study the medieval city of Braga, from which we try to analyze which powers, but also the different forms of these materialization, namely through the construction of important public buildings, infrastructures such as the walls, but also by the possession of urban properties. Simultaneously, we intend to evaluate the impact of the different powers in the formation and development of the urban landscape. At the same time, we analyzed some urban constructions, as materiality that competes for the study of the political and social vicissitudes that accompanied the formation of medieval urban spaces in general, and Braga, in particular.

For our analysis, it has become extremely important to value a methodology that crosses the different types of available sources, namely archaeological and written sources, but also the iconographical and cartographic sources, as well as the historical building, to the extent that some of the medieval materialities, more or less altered, still integrate the current landscape.

Keywords

Urban powers; materialities; urban landscape; medieval city; Braga.

1. Introdução.

O estudo da relação existente entre os poderes e os processos de urbanização que conduziram à conformação das paisagens urbanas medievais encontrou nas últimas décadas um acrescido interesse, bem espelhado em algumas recentes publicações³.

A partir do estudo de várias cidades europeias tem sido possível confirmar que a formação da rede de cidades na Europa medieval ocorreu na maioria dos casos no contexto da estruturação territorial e devido à incitativa de senhores, tenham sido eles abades, bispos, reis ou nobres⁴. Simultaneamente, as questões têm-se focado na análise da atuação de diferentes poderes na formação da paisagem urbana medieval, procurando, por um lado, identificar as distintas formas de materialização dos poderes, por outro, avaliar o seu impacto efetivo em termos da construção da cidade medieval, indo de encontro ao grande tema do Poder de construir a cidade medieval⁵.

No caso português, a formação das cidades medievais encontra-se intimamente relacionada com os processos de reorganização e consolidação do território nacional no âmbito da denominada “Reconquista Cristã”⁶. Estes, encetados de forma mais consistente a partir do momento em que o condado portugalense é doado por Afonso VI de Leão à sua filha bastarda D. Teresa e ao franco D. Henrique de Borgonha, foram realizados com base numa dupla estratégia que permitisse conjuntamente assegurar o limite fronteiro a Norte, nomeadamente com o reino da Galiza, e a Sul recuperar território aos muçulmanos.

Todavia, apesar do condado portugalense (868-1139) gozar de uma elevada densidade populacional, a maior parte do povoamento encontrava-se disperso, registando um reduzido número de cidades, nomeadamente os aglomerados com origem romana, como Braga, Coimbra e o Porto. Os demais núcleos urbanos não passavam de aldeias, de sedes de “villa”, como é o caso de Guimarães, ou de pequenos burgos religiosos surgidos em torno de mosteiros, como o do Lorvão⁷.

³ BOUCHERON, Patrick e GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640): Tome 7, Marquer la ville : signes, traces, empreintes du pouvoir (XIII^e-XVI^e siècle)*. Paris: Sorbonne, 2014; CLARKE, Catherine A. M. (Ed.) – *Mapping the Medieval city: space, place and identity in Chester, c.1200-1600*. Cardiff: University of Walls Press, 2011; SIMMS, Anngret e CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe: The European historic towns*. London: Routledge, 2015.

⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; SIMMS, Anngret; CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe...*, pp. 1-3.

⁵ BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640)...*

⁶ ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista*. Vol. II da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 300-340.

Entre os vários aspetos que contribuíram para a consolidação da rede urbana nacional, o aumento demográfico registado ao longo dos séculos XI, XII e XIII e a política de concessão de “Cartas de Foro”⁸, encetada ainda com os primeiros condes e continuada com os monarcas do Reino de Portugal (a partir de 1139) até à estabilização das suas fronteiras (1297), assumem particular relevo. Importa, contudo, precisar que nos inícios do século XIII a rede de cidades portuguesas era ainda bastante reduzida, assim como a sua área urbana. À exceção de Lisboa, Coimbra ou Santarém, as restantes cidades episcopais como Braga, Porto, Guarda, Lamego e Viseu constituíam núcleos urbanos com índices urbanísticos reduzidos, sobretudo quando comparadas com outros núcleos urbanos que não possuíam estatuto de cidade, como é o caso de Guimarães⁹. Será sobretudo a partir da estabilização das fronteiras do território nacional (1297) e com o governo dos monarcas D. Afonso III (1248-1325) e D. Dinis (1279-1325) que Portugal reúne as condições políticas para promover o desenvolvimento económico e a coesão interna do seu território, através de vários instrumentos, nomeadamente a concessão de novos forais ou confirmação de anteriores, originando deste modo o surgimento de novos aglomerados populacionais, nomeadamente os concelhos, impulsionando o seu desenvolvimento urbano, bem como a dinamização económica do país. Simultaneamente, assiste-se, à revitalização das principais cidades episcopais, onde se passam a incluir os centros urbanos do Sul, como Évora, Beja e Silves¹⁰.

Apesar das Cartas de Foral, que regulamentam a administração de um espaço demarcado territorialmente (concelhos), estabelecendo os direitos e deveres dos seus habitantes, se assumirem como um instrumento de centralização do poder dos monarcas, instituindo um contracto quase direto entre o rei e o povo, constituíam-se simultaneamente como instrumentos dinamizadores da vida urbana, para os quais vários poderes urbanos concorriam, nomeadamente na construção da cidade. Até mesmo nas doações de Cartas de Couto, concedidas às igrejas e mosteiros, isentas de jurisdição régia, se assiste à incitativa de vários poderes urbanos na formação e desenvolvimento de centros urbanos, como se verificou, por exemplo, em Braga¹¹. Importa neste sentido, identificar quais eram estes

⁸ Referimo-nos aos vários tipos de doações régia, nomeadamente às cartas de Foral, de Couto, de Honras, de Povoamento, entre outras. DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Nº 106, (1996), pp. 275-297.

⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana, 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.

¹⁰ MARQUES, A António de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista...”, pp. 300-340.*

¹¹ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média”. In CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria (Coord.) – *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. I. *La ciudad publicitada: de la documentación a la Arqueología*. León: Universidad de León, 2015, pp. 77-96.

Poderes? Régio, senhorial ou eclesiástico, concelhio... Mas também perceber, como se materializou a atuação dos diferentes poderes urbanos? Através da construção de espaços e arquiteturas, sobretudo de infraestruturas, como as muralhas, de edifícios públicos, mas também pela posse de propriedades urbanas, na abertura de ruas, largos ou praças, ou na conformação de bairros ou quarteirões... Também a ação de diferentes poderes urbanos foi sendo alternada e concretizada de diferentes formas, assim como a relação entre os vários poderes nem sempre foi pacífica, deixando marcas físicas na paisagem urbana. Neste sentido, importa estudar as materialidades urbanas enquanto elementos que concorrem para a análise das características urbanísticas da cidade medieval, no quadro das vicissitudes políticas e sociais que acompanharam a sua produção¹².

O objetivo deste artigo é colocar em evidência estas questões, através da análise de alguns espaços e arquiteturas da cidade medieval de Braga, nomeadamente daqueles que de forma mais evidente resultaram da manifestação de diferentes poderes urbanos, mas também compreender a sua importância para a formação e desenvolvimento da cidade, questionando as razões que estiveram na origem da sua construção ou transformação ao longo da Idade Média.

Para a nossa análise tornou-se extremamente importante valorizar uma metodologia que cruze diferentes tipos de dados, provenientes das fontes disponíveis, nomeadamente as arqueológicas e escritas, mas também as iconográficas e cartográficas, que muito embora produzidas só a partir do século XVI, como é o caso do vulgarmente conhecido como mapa de Braunio, permitem a partir de análises regressivas caracterizar física e urbanisticamente a paisagem urbana medieval. O edificado histórico, assume igualmente particular relevância, por constituir, apesar das sucessivas alterações e reutilizações, uma materialidade passível de ser cartografada e interpretada no âmbito do espaço urbano medieval.

2. Poderes, materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.

O núcleo urbano medieval de Braga estabelece-se fisicamente sobre um quadrante, o Noroeste, da anterior cidade romana de *Bracara Augusta* que ocuparia uma área urbana de cerca de 48 hectares. Decorrente de um longo processo de sucessivas alterações urbanas ao longo da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média regista-se a formação de um pequeno burgo fortificado com aproximadamente 7 hectares,

¹² CLARKE, Catherine A. M. (ed.) – *Mapping the Medieval city...*; BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640)*...

que, entre os séculos IX e XIII, reutiliza o pano norte da muralha romana, e se encontra delimitado a sul por um novo perímetro defensivo¹³ (**Fig. 1**).

Será, contudo, com a restauração da Arquidiocese de Braga, ocorrida em 1071, bem como em resultado da atuação do seu primeiro bispo, D. Pedro (1070-1091), que se assiste a uma efetiva revitalização urbana de Braga. Das múltiplas iniciativas levadas a cabo por D. Pedro¹⁴, nomeadamente a fundação da Escola Capitular, a fundação ou reorganização do Cabido, a divisão administrativa da diocese ou o significativo alargamento do património capitular, a construção da Catedral de Braga representa um indicador claro do vigor urbano que se pretende imprimir na cidade.

Erigida numa área periférica do perímetro amuralhado alto medieval, sobre a maior basílica cristã identificada para o espaço urbano na Antiguidade Tardia¹⁵, a catedral de Braga, sagrada em 1089, constitui-se como o grande marcador arquitetónico, em torno do qual a cidade se irá articular e, simultaneamente, como a primeira grande materialização do poder e prestígio dos arcebispos na cidade, mas também no novo quadro político e eclesiástico que se começava a desenhar para o Noroeste hispânico¹⁶.

Apesar dos poucos vestígios que chegaram até nós, a catedral terá conhecido um projeto inicial de grande envergadura, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório que se assemelharia aos grandes santuários de peregrinação europeus daquele tempo, como o de Santiago de Compostela¹⁷. Importa, a este propósito, relembrar a precocidade da restauração da antiga diocese de Braga, mas também as rivalidades daí decorrentes, nomeadamente as que dividiam Braga e Compostela, assim como o importante papel que os arcebispos de Braga desempenharam na formação de uma nova geografia eclesiástica que haveria por servir os interesses do próprio reino e a restauração definitiva das restantes dioceses, como a diocese do Porto, que só viria a concretizar entre 1112

¹³ RIBEIRO, Maria do Carmo; FONTES, Luís – “The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries”. In MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (Ed.) – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 2015, pp. 29-45.

¹⁴ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2ª edição refundida e ampliada. Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 213-222.

¹⁵ FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2 Série, Nºs 14/15, (1997-1998), pp. 137-164.

¹⁶ AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

¹⁷ REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas, vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489; BOTELHO, Maria Leonor – “Arte Românica em Portugal: Sé de Braga”. In José María Pérez González (Dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria La Real, 2010.

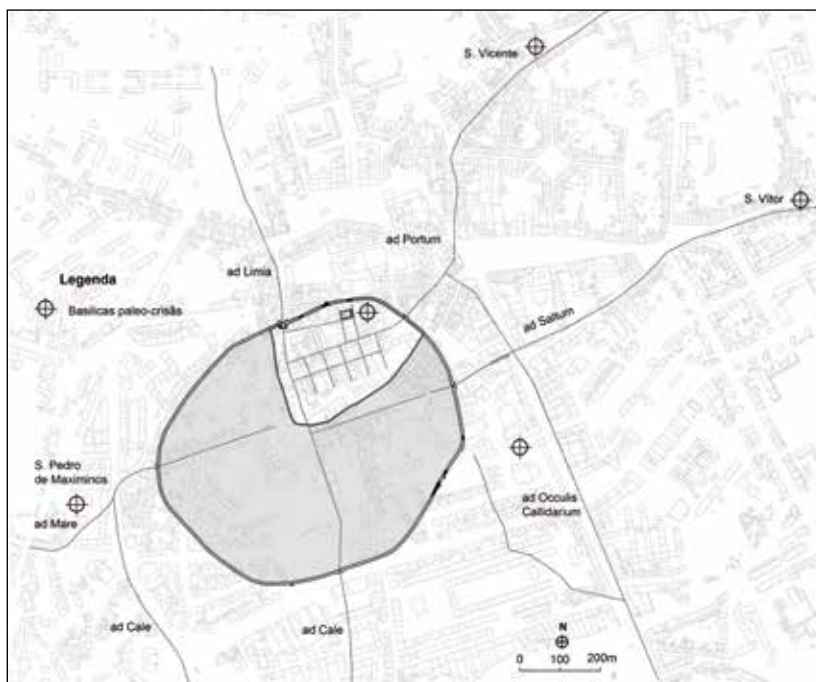


Fig. 1 – Braga, entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média.

e 1114¹⁸ ou a de Lisboa, em 1147¹⁹. Deste modo, a concretização de uma obra desta importância, bem como os modelos arquitetónicos adotados na edificação da nova catedral de Braga constituem aspetos fundamentais para entendermos a posição que os arcebispos de Braga reivindicavam no novo quadro eclesiástico que se desenhava no Noroeste hispânico, mas também no processo de afirmação do reino de Portugal²⁰. Constituem, de igual modo, um claro exemplo do recurso por parte dos agentes urbanos à materialização física de determinadas arquiteturas como forma de afirmação e protagonismo do seu poder e, deste modo, de expressar o seu “discurso”. Em boa verdade, a catedral de Braga constitui atualmente um dos edifícios mais complexos de interpretar arquitetonicamente, em resultado das múltiplas e sucessivas intervenções realizadas pelos vários arcebispos que governaram a cidade.

¹⁸ AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

¹⁹ BRANCO, Maria João – “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 10, 1998, pp. 55-94.

²⁰ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Dissertação de Doutoramento em História, policopiada, pp. 213-240.

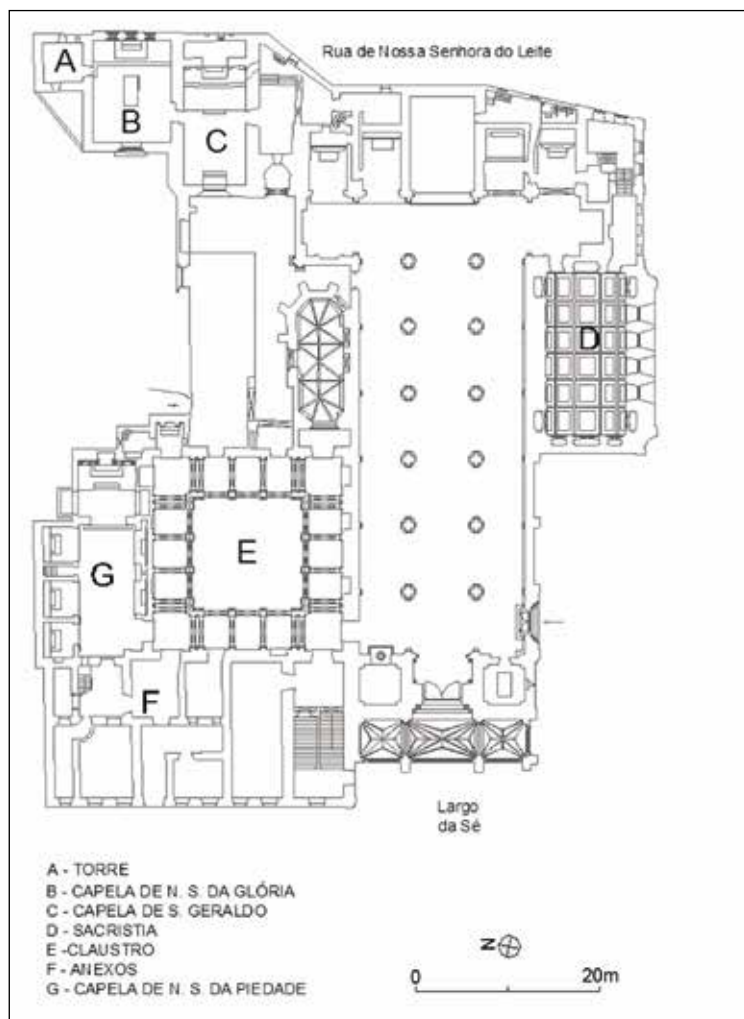


Fig. 2 – Planta atual da catedral de Braga.

Simultaneamente à construção da catedral, terão sido igualmente construídos outros edifícios religiosos nas suas imediações, como a Escola Episcopal e vários anexos que se destinavam ao bispo, ao cabido e a serviços administrativos²¹. A realização destas obras permite igualmente confirmar a existência de um núcleo urbano que dispunha dos necessários recursos humanos e materiais para a sua execução, mas também de importantes recursos financeiros. Importa a este propósito inserir a revitalização urbana da cidade no quadro mais amplo do processo organizativo da arquidiocese, que ficou registado em parte no

²¹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, pp. 213-223.



Fig. 3 – Fachada principal da atual catedral de Braga.

Censual de D. Pedro. Nesse processo, a organização económica assume particular importância, tendo permitido a inventariação e registo das propriedades, rendas e bens que pertenciam à Sé, mas que até então se encontravam dispersas²². Tais medidas permitiram a D. Pedro ampliar de forma significativa o património da arquidiocese que incluía, para além das herdades e respetivas rendas, um extenso património fundiário, que se concentraria maioritariamente na área correspondente ao atual concelho de Braga²³, iniciando, deste modo, uma política que, com maior ou menor tenacidade, terá tido continuidade no tempo dos seus sucessores, permitindo-lhe ampliar a sua riqueza e simultaneamente o seu protagonismo, nomeadamente em termos de construção do espaço urbano.

A contribuir para a revitalização urbana de Braga, bem como para o reforço do protagonismo da arquidiocese destaca-se, igualmente, a política desenvolvida pelos primeiros soberanos do condado português, D. Teresa e D. Henrique de Borgonha, nomeadamente o fortalecimento do poder do bispo de Braga, face à diocese de Santiago de Compostela, e a obtenção do estatuto de Sé metropolitana

²² COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, p. 272.

²³ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)...*, pp. 236-241.

para a Igreja de Braga. Não menos significativo foi a doação do couto de Braga e o seu termo, com os respetivos direitos fiscais, à arquidiocese de Braga, em 1112. Esta concessão seria confirmada e inclusivamente ampliada por D. Afonso Henriques, em 1148, permitindo à Igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, a qual ao longo dos tempos se traduziu num forte domínio e influência, designadamente ao nível do urbanismo e da arquitetura da cidade.

A comprovar a progressiva expansão do poder eclesiástico em matéria de propriedade urbana, encontramos, a partir do século XII, vários legados testamentários e doações feitas ao arcebispo e ao cabido, como foi, por exemplo, o caso da doação, em 1161, da igreja de S. João do Souto, com todos os seus bens, onde se incluíam as casas existentes ou a construir junto à igreja, por um abastado casal bracarense, Pedro Ourives e Elvira Mides²⁴. Anos antes, este casal já havia doado ao arcebispo e ao cabido um hospital, financiado e criado em casas suas, mas que 1150 é doado à *Ordem do Hospital*²⁵.

Todavia, importa referir que desde a constituição do cabido por D. Pedro, o conjunto patrimonial da arquidiocese, formado por coutos e bens patrimoniais, que geravam direitos senhoriais e rendas, mas também decorrente de doações, legados e compras, se encontrava indiviso. Será, em 1145, no tempo do arcebispo D. João Peculiar (1138-1175), que se procede a uma reorganização do cabido, que contemplou a divisão dos bens da arquidiocese, uma parte para o arcebispo e outra para o cabido, criando-se assim as mesas capitular e arquiépiscopal. Aos cônegos foi concedida carta de couto, para proteger as propriedades dos clérigos, tornando-as isentas de impostos, dando, desta forma, autonomia administrativa e económica à corporação capitular e descentralizando a vida económica da diocese. Por sua vez, os cônegos de Braga passaram a usufruir de um rendimento pessoal e permanente, designado de prebenda, passando, desde então, alguns deles a habitar em casa própria²⁶.

De facto, apesar das alterações registadas posteriormente na repatriação dos bens entre as mesas capitular e arquiépiscopal, os dados disponíveis para o século XIII registam um progressivo enriquecimento do cabido bem como de muitos cônegos a título individual²⁷. Importa referir que o cabido de Braga, a partir da bula de 1245, passou a ser constituído por 36 cônegos e 12 porcionários, num

²⁴ MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)” *Bracara Augusta*. Braga. Vol. 36, Nº 81-82 (Jan.-Dez. 1982), p. 74.

²⁵ MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto...”, p. 73.

²⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro Costa...*, p. 410.

²⁷ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga: Universidade do Minho, 2000, Dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, policopiada, pp. 16-25.

quantitativo bastante superior aos cabidos das dioceses de Lamego e de Évora²⁸. Na cidade, onde habitavam maioritariamente, muitos cónegos possuíam as suas casas, algumas emprazadas ao cabido, outras próprias, localizadas em diferentes ruas do espaço urbano. A forma como geriam e exploravam as suas propriedades urbanas, mediante contratos de emprazamento ou aforamento, usufruindo de pagamentos em dinheiro, permitia-lhes investir na compra de bens de raiz que exploravam diretamente ou indiretamente, aumentando assim a sua riqueza²⁹.

Também a instituição capitular possuía no século XIII diversas propriedades urbanas, nomeadamente várias casas, distribuídas pelas artérias mais próximas da catedral, nomeadamente pelas ruas do Souto e dos Burgueses³⁰. Na realidade, a rua do Souto, que até aos finais do século XIII se encontrava fora da muralha alto medieval, vai adquirindo progressivamente elevada importância devido à sua localização privilegiada, nas proximidades da catedral. A partir do século XIV, a rua do Souto continua a desenvolver-se no sentido E/O, conhecendo particular incremento com a construção do novo paço arquiiepiscopal, edificado no alçado norte, e a edificação do castelo erigido no extremo oeste. Por sua vez, a rua dos Burgueses permitia estabelecer a ligação entre a fachada principal da catedral e a porta da muralha, e respetiva torre de Maximinos, e daí para a cidade do Porto³¹ (**Fig. 4**).

A partir dos dados relativos às ruas onde o cabido detinha as suas propriedades é igualmente possível acompanhar o próprio crescimento da cidade, que começa, a partir de finais do século XIII, a extravasar os limites da muralha alto medieval, para norte e nordeste, nomeadamente para a área envolvente do castelo, onde o cabido possui na primeira metade do século XIV várias casas, nomeadamente na rua do Eirado³².

Na realidade, paralelamente ao aumento demográfico e urbano documentado a partir do século XIII, regista-se igualmente, nos inícios do século XIV, a construção de dois importantes edifícios: o castelo e um novo paço arquiiepiscopal, ambos fora da área amuralhada definida pela primitiva cerca medieval de Braga. Igualmente, nos finais do século XIV, o sistema defensivo alto medieval é robustecido e aumentado para norte e noroeste, passando a incluir uma extensa área onde se situavam precisamente o castelo e o novo paço, duplicando praticamente a área urbana (**Fig. 4**).

²⁸ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, p. 162.

²⁹ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, pp. 16-25.

³⁰ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga...*, p. 18.

³¹ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. 2008, Dissertação de Doutoramento, policopiada, vol. 1, pp. 411-480. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.

³² BARROS, Ana Andrea de Abreu Soeiro de – “A Aquisição de Bens pelo cabido de Braga (1300-1350)”. *Estudios Humanísticos. Historia*. León. N.º 8, (2009). p. 43.



Fig. 4 – Plano urbano de Braga séculos XIV-XV.

No caso do castelo, documentado já em 1315, tudo indica tratar-se de uma obra de iniciativa régia, mandada construir pelo monarca D. Dinis (1279-1325)³³. Estamos, deste modo, perante uma materialização do poder régio na cidade, apesar de Braga se encontrar fora da jurisdição régia, enquanto senhorio eclesiástico. As razões que justificam tal intervenção régia podem ser especuladas a partir do facto de os anos centrais do reinado de D. Dinis, entre 1292 e 1319, terem sido marcados pela ascensão aos cargos diocesanos de clérigos muito próximos ao monarca, como aconteceu em Braga, com D. Martinho Pires de Oliveira, que havia sido procurador de D. Dinis na Cúria, em Roma. Contudo, D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga entre 1292-1313, foi simultaneamente recusado por alguns membros do cabido de Braga para arcebispo. Situação idêntica se passou com o seu sucessor D. João Martins de Soalhães (1313-1325), cuja eleição foi

³³ BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª Série, Vol. 15, (1998), pp. 801-822.



Fig. 5 – Vista aérea atual do paço dos arcebispos.



Fig. 6 – Vista nascente do corpo medieval do paço dos arcebispos.

fortemente apoiada por D. Dinis, mas parece não ter sido pacífica no interior do cabido bracarense, a quem pertencia eleger o arcebispo³⁴.

Paralelamente às divergências registadas entre a instituição capitular e o monarca, importa, igualmente, não minorar as inúmeras discórdias entre os arcebispos, nomeadamente de Braga, e o poder régio, como aconteceu, por exemplo, com Afonso III, que no final do seu reinado deixou a maior parte dos bispos portugueses incompatibilizados com o monarca, como vários trabalhos têm demonstrado³⁵.

Todavia, se a construção do castelo medieval de Braga representa uma materialização do poder régio na cidade, decorrente da estreita relação entre D. Dinis e o arcebispo D. Martinho Pires, mas que obviamente também tem de

³⁴ VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História*. Ponta Delgada. 2ª Série, Vol. V, (2001), pp. 581-604.

³⁵ VILAR, Hermínia Vilar – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Tomo 22, (2010), pp. 149-165.

ser inserida na política de reforma intensiva das construções fortificadas durante o reinado de D. Dinis, a construção do novo paço arquiépiscopal parece querer demonstrar que os arcebispos continuavam a ser os únicos senhores de Braga.

De facto, nos inícios do século XIV, os arcebispos de Braga irão construir uma nova residência, em substituição do “paaço uelho de Nosso Senhor o Arçebispo”³⁶, na parte norte da cidade, fora da cerca defensiva alto medieval. De acordo com o brasão encontrado na ala medieval do novo paço, terá sido uma iniciativa do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348)³⁷. Apesar dos poucos vestígios sobreviventes, podemos admitir que a primeira composição arquitetónica do paço dos arcebispos se assemelharia à *casa senhorial fortificada* dominante na região do Entre Douro e Minho, pelo menos desde meados do século XIII, constituída por uma torre de planta quadrangular, inspirada nas torres de menagem dos castelos, com anexos retangulares³⁸. Todavia, importa, recordar que D. Dinis havia encetado uma política de controlo sobre a construção das residências senhoriais fortificadas, proibindo mesmo em alguns casos a sua construção, tendo em vista, nomeadamente, travar a ascensão social da nobreza³⁹. No entanto, também é verdade que D. Gonçalo Pereira beneficiou de uma grande proximidade com o poder régio, nomeadamente com o rei D. Dinis, ainda antes da sua nomeação como arcebispo de Braga e, posteriormente, com o seu filho, D. Afonso IV, monarca que apoiou nomeadamente em situações de conflito, como na Batalha do Salado. Porém, a relação entre D. Afonso IV e D. Gonçalo Pereira foi, por vezes, bastante tensa, colocando em questão a jurisdição eclesiástica, documentada como um dos períodos mais acesos da história do senhorio de Braga⁴⁰.

Neste sentido, parece evidente que os novos paços dos arcebispos de Braga, detentores de um aguçado carácter defensivo/militar, que rivalizaria em termos arquitetónicos com o castelo, terão beneficiado das boas relações de D. Gonçalo Pereira com D. Afonso IV, mas sobretudo e, simultaneamente, se constituem uma materialidade que pretendia afirmar o prestígio e o poder dos arcebispos, senhores de Braga, sem descuidar obviamente as preocupações de defesa e segurança da cidade, apesar da existência do castelo. Mais uma vez, à semelhança do que ocorre com a catedral, se assiste à utilização de determinados modelos arquitetónicos

³⁶ MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Tese de Mestrado em História, policopiada, pp. 38-42.

³⁷ MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)”. *Mínia*. Braga. Nº 8, (1986), pp. 11-13.

³⁸ BARROCA, Mário – Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares. *Separata da Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, 1986, p. 28. BESSA, Paula – *O «Paço»: os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*, 2013: <http://hdl.handle.net/1822/34437>.

³⁹ BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa...”, pp. 807-808.

⁴⁰ VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis...”, pp. 581-604.

como forma de expressão do poder, através de uma materialidade que encerra um “discurso” que pode ser visto e reconhecido por todos.

Na realidade, os vários estudos realizados acerca de D. Gonçalo Pereira permitem considerá-lo como um homem influente e determinado, de carácter forte, conjugando as missões régias com os encargos papais, que ascende ao topo da hierarquia eclesiástica, detentor de uma assinalável riqueza, mas também preocupado com a preservação da sua memória⁴¹. Lembremos apenas que D. Gonçalo Pereira foi o responsável pela construção da capela e da torre de Nossa Senhora da Glória, na parte norte da Catedral de Braga, onde se fez sepultar.

Todavia, nos finais do século XIV, o poder régio volta a deter um papel de grande protagonismo na produção do espaço urbano, intervindo novamente nas questões de defesa da cidade, com fortes repercussões ao nível do urbanismo e da configuração da cidade medieval. Referimo-nos ao alargamento e reforço do sistema defensivo alto medieval para norte e nordeste, impulsionados por D. Fernando (1367-1383). Na realidade, a invasão de Braga pelas tropas castelhanas, chefiadas por Henrique de Trastâmara, entre 1369-1371, que durante 6 dias permaneceram na cidade⁴², terá revelado a debilidade das muralhas existentes e levado D. Fernando a promover a construção de uma cintura defensiva maior e mais robusta. Muito embora a atuação de D. Fernando no reforço dos sistemas defensivos de outros aglomerados seja sobejamente conhecida, a verdade é que no seu reinado os desentendimentos com o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), assumiram proporções graves, levando mesmo à confiscação dos bens do arcebispo e da mitra, assim como à ocupação militar da cidade pelo rei e ao refúgio de D. Lourenço, em Roma. O problema só seria efetivamente ultrapassado nos finais de 1382, ano em que o monarca restituiu a D. Lourenço a jurisdição sobre Braga⁴³.

As novas muralhas, também denominadas de fernandinas, constituem as últimas grandes obras gerais do sistema defensivo medieval⁴⁴, que passam a incluir dentro do seu perímetro o castelo e o paço medieval, permitindo que, desde então, a catedral passasse a constituir, de facto, o elemento central do espaço urbano (**Fig. 4**).

⁴¹ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. In *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Vol. II, tomo 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462; Bernardo Vasconcelos e Sousa – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

⁴² MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)...”, p. 11.

⁴³ ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende; MONTEIRO, João Gouveia – “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Nº 6, 1984, pp. 135-137; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Bispos e reis: convergências e oposições”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 15, (2003), pp. 282-283.

⁴⁴ MARQUES, José – *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, p. 48.

Na realidade, apesar do inquestionável protagonismo do complexo arquitetónico da catedral em termos simbólicos e materiais, a sé de Braga ocupava um lugar periférico no espaço urbano delimitado pela cerca alto-medieval. Contudo, com a construção das novas muralhas assiste-se a uma recentralização do espaço urbano de Braga em torno do complexo arquitetónico da catedral, a maior materialidade do poder eclesiástico na cidade, em resultado da ação régia e não pela dos arcebispos, como se poderia pensar. Na realidade, a centralidade física dos dois maiores edifícios da cidade medieval, catedral e paço, constituem o resultado de um processo que hoje pode parecer fruto de um desígnio claro e programado por parte dos arcebispos, mas que em boa verdade resultou de vicissitudes várias e da atuação de diferentes agentes sobre a paisagem ocorridas num tempo longo.

Apesar de em matéria de urbanismo, a intervenção régia se materializar em duas importantes construções, nomeadamente o castelo e o sistema defensivo, com fortes repercussões na organização do plano urbano, importa, mesmo assim, não minorar o papel desempenhado pelos sucessivos arcebispos e o cabido na continuação das obras efetuadas nestas estruturas ao longo da Idade Média, bem como em outras dimensões da construção da paisagem urbana, nomeadamente na posse de propriedade urbana.

Na realidade, e apenas a título ilustrativo, refira-se que, para além dos grandes edifícios públicos, o arcebispo controlava e possuía terrenos e casas de habitação, assim como outros imóveis de extrema importância, nomeadamente económica, como os açougues, ou administrativos, como os paços concelhios, cujas reuniões se efetuavam nos *Paços Velhos* do arcebispo, pelo menos ao longo dos séculos XIV e XV⁴⁵.

Igualmente, e na continuidade do verificado para os séculos anteriores, também a instituição capitular se assumia, no terceiro quartel do século XIV, como um grande proprietário imobiliário urbano na cidade, senão mesmo o maior, nomeadamente em termos de casas de morada. De acordo com a rubrica do *Tombo do cabido de Braga* (c. 1369-1380) intitulada “Casas que são do Cabido”⁴⁶, a instituição capitular possuía um total global de aproximadamente 403 casas de morada, sendo que destas, 283 (69%) se localizavam no espaço intramuros e 120 (29%) nas ruas extramuros. A estas casas de morada haverá ainda que somar os pardieiros que serviram de morada, nomeadamente os 12 pardieiros inventariados para a área amuralhada⁴⁷. Apesar de estarmos obviamente perante uma realidade

⁴⁵ MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV...*, pp. 38-42.

⁴⁶ Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.), *Tombo do cabido*, fls. 117-134.

⁴⁷ RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV”. In *II Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (comunicação apresentada oralmente no dia 19 de outubro de 2017 e submetida para publicação em dezembro de 2017).

parcial, que apenas se baseia nas casas que o cabido possuía na cidade e à qual haverá de somar-se as do arcebispo e demais instituições eclesiásticas, as dos cónegos a título individual e de particulares, torna-se evidente que o cabido era o maior proprietário urbano nos finais do século XIV e que a maior parte da população residia em casas do cabido. Evidencia-se, igualmente, uma concentração destes imóveis nas artérias mais próximas da catedral, nomeadamente nas ruas do Souto e dos Burgueses, onde o cabido trazia emprazadas 56 casas e 30 casas, respetivamente. A confirmar a importância destas artérias, nomeadamente da rua do Souto, encontramos igualmente a tipologia das habitações, o valor do censo praticado, bem com à condição socioeconómica dos indivíduos que moravam nas casas do cabido, ou as traziam emprazadas⁴⁸.

Os dados referentes às propriedades urbanas pertencentes à instituição capitular, e às quais haveria naturalmente que adicionar o restante património, permitem confirmar a importância política, sociocultural e económica do cabido na cidade, mas também destacá-lo como um dos mais poderosos agentes na fabricação do espaço urbano ao longo da Idade Média. Permitem, igualmente, reforçar a importância dos grandes complexos arquitetónicos como polos de atração simbólica e, simultaneamente, material tornando evidente o seu papel na configuração da morfologia da cidade medieval.

3. Considerações finais.

Procurámos, a partir da análise da cidade de Braga, destacar a importância do estudo da atuação de diferentes poderes na formação das paisagens urbanas medievais. Desde logo, apesar de estarmos perante uma sede eclesiástica, torna-se evidente que foram várias as vicissitudes e os agentes que intervieram no processo de urbanização da cidade, assim como foram diferenciadas e alternadas as formas como o poder se materializou, contrariamente ao que eventualmente se poderia pensar. Torna-se igualmente importante atender às relações que se estabelecem entre os diferentes poderes enquanto potenciadoras da materialização de determinados modelos arquitetónicos no espaço urbano como forma de legitimação e afirmação do seu protagonismo.

Sem dúvida que no caso de Braga, o poder eclesiástico, na pessoa dos arcebispos, teve um papel de extrema importância na formação da paisagem urbana, desde logo, enquanto responsável pela construção do edifício mais emblemático e aglutinador do espaço urbano, a catedral, mas também do novo

⁴⁸ RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV...”.

paço arquiiepiscopal. Igualmente, a envergadura e os modelos arquitetónicos usados para a construção destes edifícios permitem avaliar a importância do seu uso pelos arcebispos para expressar a sua autoridade no governo da cidade, mas também num cenário mais amplo, nomeadamente no quadro político-administrativo do reino.

Similarmente, o processo de desenvolvimento da passagem urbana medieval, nomeadamente no que se refere às demais construções como os açougues ou a habitação corrente, que por sua vez permitiu conformar o sistema viário, foi fortemente condicionado pela atuação dos diferentes arcebispos que governaram a cidade, mas também pela instituição capitular, cujo poder imobiliário competia com o dos arcebispos, superando-o mesmo em termos de casas de morada.

Todavia, o poder de fabricar a paisagem urbana da cidade medieval de Braga não se limitou aos agentes eclesiásticos, cabendo ao poder régio intervir em alguns aspetos de extrema importância, com repercussões diretas na formação da paisagem urbana, nomeadamente nas questões de defesa. Na realidade, a materialização do poder régio, através da construção do castelo ou das muralhas, teve um forte impacto na configuração da forma urbana, acabando por centralizar o espaço sagrado e ser responsável pela criação de um cenário urbano que parece ter sido programado pelos arcebispos, mas que claramente resultou de um longo processo iniciado entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, no qual intervieram vários agentes e diferentes protagonistas. Apesar de não ser possível determinar quem escolheu o local para a edificação do castelo ou definiu o perímetro das muralhas, a verdade é que a sua concretização condicionou o crescimento da cidade para norte e noroeste, bem como a forma urbana que a cidade adquire no século XIV e que inclusivamente, de forma mais ou menos dissimulada, integra ainda o plano da cidade atual.

Deste modo, a compreensão da paisagem urbana medieval adquire uma maior dimensão quando interpretada à luz da relação que se estabeleceu entre os vários agentes urbanos, que de forma alternada e nem sempre tranquila, deixaram marcas físicas no plano urbano. Se é certo que a interferência régia em Braga pode ser entendida no contexto geral nacional, nomeadamente nas questões de defesa, não podemos minorar as relações entre os principais poderes, nomeadamente as complicitades, mas sobretudo os desentendimentos entre o poder régio e o poder dos arcebispos ocorridas ao longo da história urbana de Braga. Importa, igualmente, considerar as relações estabelecidas internamente entre o cabido e os arcebispos, assim como com o poder municipal, sobretudo a partir do século XV. Importa, neste sentido, proceder a análises mais pormenorizadas acerca da tensão existente entre os diferentes agentes urbanos, de modo a aprofundar qual o reflexo destas tensões na materialização e construção da paisagem urbana de Braga.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga, *Tombo do cabido*, fls. 117-134

Estudos

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em História, 2007, policopiada.

AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2017.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende; MONTEIRO, João Gouveia – “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Nº 6, (1984), pp. 135-137.

BARROCA, Mário – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª Série, Vol. 15, (1998), pp. 801-822.

BARROCA, Mário – Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares. *Separata da Revista de História*. Centro de História da Universidade do Porto, 1986.

BARROS, Ana Andrea de Abreu Soeiro de – “A Aquisição de Bens pelo cabido de Braga (1300-1350)”. *Estudios Humanísticos. Historia*. León. Nº 8 (2009), pp. 25-44.

BESSA, Paula – *O «Paço»: os Paços arcebispos de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI*, 2013. <http://hdl.handle.net/1822/34437>

- BOTELHO, Maria Leonor – Arte Românica em Portugal: Sé de Braga. In José María Pérez González (Dir.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria La Real, 2010.
- BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Dir.) – *Le pouvoir symbolique en Occident (1300-1640) : Tome 7, Marquer la ville : signes, traces, empreintes du pouvoir (XIIIe-XVIe siècle)*. Paris: Sorbonne, 2014.
- BRANCO, Maria João – “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº 10, (1998), pp. 55-94.
- CLARKE, Catherine A. M. (ed.) – *Mapping the Medieval city: space, place and identity in Chester, c.1200-1600*. Cardiff: University of Walls Press. 2011.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “Bispos e reis: convergências e oposições”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Nº15, (2003), pp. 282-283.
- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. In *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Vol. II, tomo 1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. (2ª edição refundida e ampliada). Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, 2000, policopiada.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico”. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Nº 106, (1996), pp. 275-297.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana, 1250-1389*. Braga: CITCEM, 2010.

- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário – “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2 Série, N°s 14/15, (1997-1998), pp. 137-164.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal das invasões germânicas à “Reconquista*. Vol. II da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MARQUES, José – *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983.
- MARQUES, José – “O Castelo de Braga (1350-1450)”. *Mínia*. Braga. N° 8 (1986), pp. 5-34.
- MARQUES, José – “Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”. *Bracara Augusta*. Vol. 36, N° 81-82 (Jan.-Dez. 1982), pp. 71-199.
- MARTINS, Sandra Raquel Oliveira – *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado em História, 2013, policopiada.
- REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas, vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489.
- RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento, 2008, policopiada. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.
- RIBEIRO, Maria do Carmo; FONTES, Luís – “The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries”. In MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (Ed.) – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 2015, pp. 29-45.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média”. In CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria (Coord.) – *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). I. La ciudad publicitada: de la documentación a la Arqueología*. León: Universidad de León, 2015, pp. 77-96.

SIMMS, Anngret; CLARKE, Howard B. – *Lords and towns in Medieval Europe: The European historic towns*. London: Routledge, 2015.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

VILAR, Hermínia Vilar – “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série, Tomo 22 (2010), pp. 149-165.

VILAR, Hermínia Vilar – “O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”. *Arquipélago. História*. Ponta Delgada. 2ª série, Vol. V (2001), pp. 581-604.

Reúnem-se nesta publicação 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspetivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações.

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das Jornadas, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Dai que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou, até mesmo, inédito.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

